

Nota Informativa

Edição 106/2023

DESTAQUES

- Governo quer taxar todos os usuários de internet para bancar agência de cibersegurança
- Governo Federal garantirá conectividade para uso pedagógico nas quase 140 mil escolas públicas do Brasil
- Governo discute política de conectividade nas escolas com operadoras e BNDES
- MCTI lança edital do Conecta Startup Brasil na quinta-feira (13)
- Otto Alencar será relator do projeto do Carf no Senado
- Minha Casa Minha Vida: ministro anuncia exigência de tubulação para internet
- INPI altera normativos sobre contratos de tecnologia
- Governo Lula cria grupo para identificar adversidades em cadeias de valor que pressionam a inflação

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Abranet defende responsabilidade de plataformas por riscos à democracia e direitos humanos
- Brasil bate novo recorde global com 31 Terabits de tráfego internet
- MDIC celebra volta da ciência com reinstalação do Conselho Nacional de C&T

REFORMA TRIBUTÁRIA

- Governo deve enviar 2ª parte da reforma tributária à Câmara em agosto, diz Randolfe
- Senador Marcos Rogério defende análise da reforma tributária em mais comissões
- Senador Irajá critica texto da reforma tributária
- Setor de tecnologia quer teto para aumento de impostos na reforma tributária

Haddad diz que Fazenda vai fornecer todos os dados para a análise da reforma tributária no Senado

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lula amplia repasse de emenda alvo do centrão e mantém privilégio a estado de Lira

Haddad acredita que a alíquota do IVA pode, com o tempo, ficar inferior a 25%

Real digital terá trava para congelar valores em caso de decisão judicial

Governo federal quer ampliar compras públicas de pequenas empresas

Governo só cumpre meta fiscal em 2024 se arrecadar mais R\$ 162,4 bi, diz Tesouro

Lula diz que governo facilitará crédito a Estados e municípios apesar da 'teimosia' de Campos Neto

Cooperativas de crédito operam em mais da metade dos municípios

Senado e Fazenda querem aprovar projeto do Carf em 15 dias e 'abrir caminho' para reforma tributária

TCU avalia cenário do sistema tributário brasileiro

ORÇAMENTO

Cidadãos podem contribuir com o PPA até domingo (16/7)

Aprovado crédito de R\$ 497 milhões para diversos órgãos do Executivo

POLÍTICA

Conselho de Desenvolvimento Industrial do Mdic inclui tecnologia para defesa nacional entre as prioridades

Congresso derruba veto e permite às distribuidoras de energia aplicar valores menores em pesquisa

RELAÇÕES EXTERIORES

Brasil fecha contraproposta à União Europeia e aguarda aval de Lula para enviar resposta ao Mercosul

Ciclo do lítio deve frustrar esperanças de industrializar América do Sul

DESTAQUES

Governo quer taxar todos os usuários de internet para bancar agência de cibersegurança

Poder Executivo | 13/07/2023 – 15h

O GSI (Gabinete de Segurança Institucional) elaborou uma proposta de Política Nacional de Segurança Cibernética, que prevê a criação de uma agência para melhorar a governança da atividade. Para financiar o projeto, com custo estimado de R\$ 600 milhões em cinco anos, o órgão ligado à Presidência quer cobrar dos usuários uma taxa pelo uso da

internet. "Esta política já vem sendo estudada há algum tempo. Estamos, logicamente, refinando. Esperamos que, no ano de 2023, ainda seja apresentado ao Congresso", disse à Folha o ministro do GSI, general Marco Antonio Amaro dos Santos. "Quando se apresenta um projeto de lei que gera despesa, tem de apresentar uma fonte para cobertura dessa despesa. Razão pela qual também estão sendo indicadas algumas possibilidades que o Congresso terá de estudar, avaliar se é conveniente, se existem outras fontes para serem utilizadas para sustentar a criação dessa agência", acrescentou. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Federal garantirá conectividade para uso pedagógico nas quase 140 mil escolas públicas do Brasil

Poder Executivo | 13/07/2023 – 14h07min

Governo Federal lançará programa com estratégia nacional para promover conectividade significativa nas quase 140 mil escolas públicas do Brasil. O projeto, elaborado em parceria com a Casa Civil e o Ministério da Educação, garantirá conectividade com equipamento e velocidade adequada para uso pedagógico, "transformando a realidade da grande maioria das escolas brasileiras", afirmou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. "As crianças beneficiadas são os brasileiros do futuro que precisam estar inseridas no mundo digital. Para tanto, asseguraremos uma conectividade mínima de 50Mb por unidade escolar, em torno de 1Mb por aluno", ponderou Juscelino. Entre os maiores desafios da política pública, o ministro elencou aquelas escolas que não possuem qualquer tipo de conexão com a internet ou, ainda, as que sequer contam com energia elétrica. "Procuramos construir soluções para as escolas nas áreas rurais e em localidades remotas que vão desde instalação de infraestrutura de fibra óptica até o provimento de sinal via satélite", afirmou. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo discute política de conectividade nas escolas com operadoras e BNDES

Poder Executivo | 12/07/2023 – 20h50min

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, teve encontro na quarta-feira, 12, com representantes das operadoras TIM, Vivo e Claro para discutir um programa que pretende conectar as escolas públicas brasileiras. A ideia é lançar o programa na semana do dia 24, segundo apurou este noticiário. A ideia é ampliar ou reforçar a conectividade em pelo menos 98 mil escolas, por meio de parcerias que envolvam incentivos fiscais, recursos públicos e programas já existentes, mas os detalhes ainda estão sendo definidos. Além das operadoras, participaram da reunião o ministro da Casa Civil, Rui Costa e representantes do BNDES (veja imagens abaixo). Por meio de sua conta no Twitter, Juscelino Filho disse que em breve, o presidente Lula anunciará um programa voltado para a conexão de escolas. A meta, disse o ministro das Comunicações, é conectar 100% das escolas públicas brasileiras. Em julho, durante reunião ministerial com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Juscelino Filho apresentou as ações da pasta realizadas nos seis primeiros meses de governo e as prioridades programadas para os próximos. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI lança edital do Conecta Startup Brasil na quinta-feira (13)

Poder Executivo | 13/07/2023 – 10h07min

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) realiza na quinta-feira (13), às 16 horas, o lançamento oficial das inscrições para startups e grupos empreendedores do Programa Conecta Startup Brasil. O evento vai ocorrer no auditório do MCTI, em Brasília, com participação da ministra Luciana Santos e de representantes da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), da SOFTEX e do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), parceiros na execução do programa. O Conecta Startup é um programa nacional de pré-aceleração de startups em estágio inicial, com prática de inovação aberta e investimento. O novo edital vai selecionar 100 equipes empreendedoras e startups. Os projetos aprovados poderão receber até R\$ 90 mil em recursos não reembolsáveis (equity free) para apoiar o desenvolvimento, ao longo de dez meses, em parceria com uma pequena, média ou grande empresa. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Otto Alencar será relator do projeto do Carf no Senado

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 19h40min

O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), será o relator do projeto que prevê a retomada do voto de qualidade no Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (Carf). O parlamentar encaminhará a matéria primeiro para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois para o plenário. Otto era o preferido do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e alinhou sua indicação com o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO). Ao Valor, Otto confirmou que será o relator do projeto do Carf, mas disse desconhecer o calendário alinhado entre Pacheco e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para que o projeto seja votado nos primeiros 15 dias após o recesso. "Nunca soube. Só conversei com Pacheco e com Vanderlan. Ninguém me pediu nada. Não posso trabalhar por tempo. O tempo é o tempo do Senado. Tenho boa relação com o ministro, que está fazendo um ótimo trabalho", afirmou o senador. Otto disse que irá se reunir com o relator da matéria na Câmara dos Deputados, Beto Pereira (PSDB-MS), e também com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-BA), para buscar um alinhamento no texto. Fonte: Valor Econômico.

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Minha Casa Minha Vida: ministro anuncia exigência de tubulação para internet

Poder Executivo | 13/07/2023

O presidente Lula sancionou na quinta-feira, 14, a lei que reestrutura o Programa Minha Casa Minha Vida. Durante a cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília, o ministro das Cidades, Jader Filho, destacou que o novo padrão das habitações, exige uma série de melhorias, entre elas, a "tubulação para instalação de redes de internet". O novo Minha Casa Minha Vida prevê entre seus objetivos "estimular e facilitar a implantação de infraestrutura de conectividade e dos serviços de telecomunicações e internet para reduzir as lacunas digitais, culturais e informacionais". Uma das ações previstas neste sentido é a ajuda de custo para serviços de telefonia, banda larga e TV por assinatura, com uso do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). O modelo dos novos benefícios ainda precisa ser detalhado em regulamentação, a ser feita pelo Ministério das Cidades. Pelo texto, a subvenção poderia ser aplicada a qualquer família atendida pelo programa. Desde seu lançamento, em 2009, o Minha Casa Minha Vida entregou mais de seis milhões de unidades e, até 2026, estão previstas outras duas milhões. Fonte: Tele Sintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

INPI altera normativos sobre contratos de tecnologia

Poder Executivo | 12/07/2023 – 14h41min

Foram publicadas, na Revista da Propriedade Industrial (RPI) nº 2740, do dia 11 de julho de 2023, as Portarias nº 26 e 27/2023, que alteram aspectos formais e técnicos sobre a averbação de contratos de tecnologia no INPI. O objetivo das mudanças é simplificar e modernizar o processo de registro dos contratos, além de adequar os normativos do INPI às

demandas do mercado de tecnologia. Entre as principais mudanças formais, destaca-se a retirada das seguintes obrigações: notarização e apostila/consularização das assinaturas digitais realizadas no exterior; inserção de duas testemunhas quando o contrato prevê uma cidade brasileira como local de assinatura; rubrica em todas as páginas dos contratos; apresentação de estatuto, contrato social ou ato constitutivo nos pedidos de averbação/registro; e apresentação da Ficha Cadastro. Além disso, os normativos estabelecem o aceite de assinaturas digitais sem certificado ICP-Brasil. Fonte: ASCOM INPI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula cria grupo para identificar adversidades em cadeias de valor que pressionam a inflação

Poder Executivo | 13/07/2023 – 08h05min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um grupo de trabalho interministerial sobre Resiliência em Cadeias de Valor com o objetivo de ampliar a capacidade de resposta a choques adversos nas cadeias produtivas que pressionam a inflação, considerados os impactos sobre segurança alimentar e energética. Segundo decreto publicado na quinta-feira (13), no Diário Oficial da União (DOU), o Grupo de Trabalho Interministerial terá duração de 90 dias, contado da data de designação de seus membros, e poderá ser prorrogado uma vez por igual período, em ato do Ministro de Estado da Fazenda. O relatório final das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial será encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, no prazo de até dez dias, contado da data de encerramento do Grupo de Trabalho Interministerial. Presidido pelo Ministério da Fazenda, o grupo de trabalho contará também com representante de outras pastas como da Casa Civil; da Agricultura e Pecuária; da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e de Minas e Energia. Fonte: Valor Econômico.

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Abranet defende responsabilidade de plataformas por riscos à democracia e direitos humanos

Mercado | 13/07/2023 – 12h18min

Na sua contribuição para a consulta pública do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) que trata de regulação de plataformas, a Abranet defendeu que as plataformas digitais devem ser responsabilizadas pelos riscos relacionados a ameaças à democracia e aos direitos humanos – já que seus modelos de negócio e a forma pela qual se estruturam e condicionam o acesso, por meio de algoritmos complexos, suscitam uma série de preocupações sociais. Para a entidade, tal responsabilização estaria em consonância com as atuais discussões doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas relativas aos direitos digitais nas principais jurisdições ao redor do mundo e, sobretudo, à luz dos textos do Digital Services Act (DA) e Digital Markets Act (DMA) da União Europeia. Para a Abranet, os riscos devem sim serem considerados como elementos importantes quando o assunto é regulação de plataformas. A entidade, que reúne empresas de tecnologia e provedores de Internet, entende que, assim como o controle do poder de mercado pelas grandes plataformas enseja uma preocupação maior, ao ponto de alçar um modelo regulatório específico para contê-lo, o controle do fluxo informacional – também detido por essas mesmas plataformas – acarreta a mesma necessidade. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil bate novo recorde global com 31 Terabits de tráfego internet

Mercado | 13/07/2023

O sistema de troca de tráfego internet no Brasil, o IX.br, atingiu mais uma marca histórica: 31 Tbit/s agregados de troca de tráfego nas 36 localidades onde está presente. O líder, IX.br de São Paulo, também teve crescimento expressivo, alcançando inéditos 22 Tbit/s. Na comparação com o mesmo período de 2022, os aumentos foram de 25% e 22%, respectivamente. Já o PTT de Fortaleza e o PTT do Rio de Janeiro alcançaram a marca de 4 Tbit/s, entrando na lista dos 10 maiores do mundo em pico de tráfego. Iniciativa do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), apoiada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), o IX.br implanta e promove a infraestrutura necessária para a interconexão metropolitana direta entre as redes que compõem a Internet no Brasil, e é atualmente o maior conjunto de Pontos de Troca de Tráfego Internet (PTT) do mundo. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MDIC celebra volta da ciência com reinstalação do Conselho Nacional de C&T

Poder Executivo | 12/07/2023 – 17h09min

A ciência voltou. Com este slogan, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reinstalou na quarta-feira (12/7) o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), que estava com suas atividades paralisadas desde 2018. O órgão é o principal fórum de debate com a comunidade científica, a sociedade e o setor produtivo sobre a Política Nacional de Ciência e Tecnologia, e terá papel relevante no processo de fortalecimento da indústria nacional. “O MDIC festejou a retomada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, fundamental para o desenvolvimento da política nacional de neointustrialização”, afirmou o secretário executivo do MDIC, Márcio Elias Rosa. “É a partir da pesquisa que a ciência se viabiliza e torna possível a conquista de inovação tecnológica e científica”, celebrou. O vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, que preside o CNDI, também passa a integrar o recém-criado CCT. A presidência será exercida por Lula e a secretaria executiva, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). São, no total, 34 membros, sendo 16 ministros de estado, 8 integrantes entre produtores e usuários de ciência e tecnologia, e 9 representantes de entidades dos setores de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia. Os secretários executivos dos ministérios integrantes do Conselho são suplentes dos conselheiros. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo deve enviar 2ª parte da reforma tributária à Câmara em agosto, diz Randolfe

Poder Executivo | 13/07/2023 – 12h39min

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), disse na quinta-feira (13) que o Executivo deverá enviar à Câmara dos Deputados, ainda no mês de agosto, a "segunda parte" da reforma tributária. O texto deve tratar, por exemplo, de alíquotas para a reforma original e de mudanças em relação a impostos cobrados sobre a renda. Além disso, Randolfe disse que espera a aprovação integral da reforma até outubro. Randolfe falou à imprensa ao chegar para cerimônia de sanção do novo Minha Casa, Minha Vida, no Palácio do Planalto. Apesar do discurso do senador, a reforma original ainda precisa ser aprovada no Senado, onde está em tramitação. Na quarta (12), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que está "convicta" de que a reforma será aprovada no segundo semestre no Senado. Mas admitiu que as negociações com o setor de serviços, que se diz prejudicado com as mudanças no texto, se tornaram um "pedregulho". "Eu não estive com os senadores, mas tenho convicção [da aprovação no segundo semestre] porque estive

por oito anos no Senado e participei da comissão especial da reforma tributária. Sei os pontos conflitantes [que havia no Senado] e muitos deles já foram resolvidos pela Câmara", disse ela, antes de citar a questão referente ao setor de serviços. "Nós tínhamos dois problemas [nos debates no Senado]. Por ser a Casa da Federação, um problema era com os governadores: Estados que produzem versus Estados que consomem. Isso, pela transição longa e gradual [da reforma], resolve praticamente 80% dos conflitos. Ficam alguns pontos menores. O segundo ponto conflitante que, este sim, vai requerer muito diálogo é com o setor de serviços. "Essas foram as duas grandes pedras [no Senado]. Uma virou um pedregulho, a outra virou uma pedra de menor tamanho. É importante que o debate aconteça", defendeu. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senador Marcos Rogério defende análise da reforma tributária em mais comissões

Poder Legislativo | 13/07/2023 – 12h15min

O senador Marcos Rogério (PL-RO) afirmou, em pronunciamento no Plenário na quarta-feira (12), que é preciso ampliar o debate sobre a reforma tributária. O parlamentar defendeu que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também analise a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, além da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). — A reforma não é do governo ou da oposição. Precisamos de uma reforma que interesse a todo o país, ainda que não alcancemos de pronto o ponto ideal que almejamos. Mas é preciso estar focado em pelo menos três pilares nessa reforma tributária: simplificação, a descentralização e a redução do peso dos impostos — afirmou. Segundo o senador, é preciso olhar com cuidado o impacto pontual dessa reforma sobre cada setor da economia, citando o exemplo da taxa zero na cesta básica e o aumento da agricultura. Ele explicou que alguém terá que pagar essa conta e que estados como Rondônia, com grande participação na produção de alimentos, dependem de uma política tributária moderada que estimule o desenvolvimento econômico. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senador Irajá critica texto da reforma tributária

Poder Legislativo | 13/07/2023 – 10h01min

O senador Irajá (PSD-TO) criticou, em pronunciamento no Plenário na quarta-feira (12), a proposta de reforma tributária aprovada pela Câmara dos Deputados (PEC 45/2019). O parlamentar ressaltou ser contra uma reforma que aumente tributos e destacou que o texto prevê um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 25%, o qual classificou como "maior do mundo". O senador disse também que há uma brecha no texto que prevê a aprovação de novos tributos por estados e municípios de todo o Brasil. — Já não basta a gente ter uma alta carga tributária, um dos maiores impostos do mundo, e ainda há a admissibilidade, no texto, da possibilidade de criar novos impostos no Brasil. Isso é indefensável. Isso é impraticável. O parlamentar também afirmou que setores importantes da economia, como o de serviços, podem ser penalizados com a proposta atual. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor de tecnologia quer teto para aumento de impostos na reforma tributária

Mercado | 12/07/2023 – 22h01min

As maiores empresas de tecnologia e varejo digital em operação no Brasil, representadas pela camara-e.net (Câmara Brasileira de Economia Digital), veem com bons olhos a Reforma Tributária. Querem, no entanto, a definição de um teto para o aumento de impostos sobre o setor de serviços no texto da Reforma Tributária, em tramitação no

Congresso. Mercado Livre, Quinto Andar, C6 Bank afirmam que a simplificação no sistema tributário é positiva para o país. Além da camara-e.net, a Zetta, associação sem fins lucrativos fundada por Nubank e Mercado Pago que reúne 29 empresas de serviços financeiros, também se colocou a favor de alterações no sistema tributário. O Mercado Livre diz que é contrário a criação de uma responsabilidade solidária na cadeia produtiva, quando a dívida de um fornecedor com o Estado é cobrada de um revendedor, e vice-versa. "No setor de comércio eletrônico, em que as plataformas já compartilham informações e cooperam com a fiscalização, entendemos que o modelo atual deve ser mantido." Magalu e Americanas disseram que se posicionariam por meio do IDV. O Instituto para o Desenvolvimento para o Varejo (IDV), que inclui varejistas que atuam em marketplaces, não quis comentar o assunto.

Fonte: Valor Econômico.

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad diz que Fazenda vai fornecer todos os dados para a análise da reforma tributária no Senado

Poder Executivo | 12/07/2023 – 20h17min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reuniu os relatores da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM) e deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para alinhar o trabalho da pasta junto ao Congresso. O objetivo do governo e dos parlamentares é aprovar e promulgar o novo sistema tributário até o final deste ano. Haddad explicou que deixou os técnicos da Fazenda, especificamente da secretaria comandada por Bernard Appy, à disposição de Braga, e que Ribeiro continuará acompanhando as discussões para esclarecer pontos que foram debatidos na Câmara. "Quanto mais esclarecedor for o debate, quanto mais transparente for a discussão, quanto mais a Receita Federal e a secretaria extraordinária estiverem à disposição dos senadores, mais rápida será tramitação, mais segurança passaremos ao País e tudo indica que possamos dar a boa notícia para o Brasil com promulgação da PEC", disse há pouco o ministro. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Lula amplia repasse de emenda alvo do centrão e mantém privilégio a estado de Lira

Poder Executivo | 13/07/2023 – 15h12min

O governo Lula (PT) ampliou repasses da verba de R\$ 9,8 bilhões que herdou com o fim das emendas do relator e manteve privilégios a Alagoas, estado que tem entre os representantes políticos o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O Ministério da Saúde, que concentra a maior parte deste recurso, liberou mais R\$ 220 milhões na segunda semana de julho, sendo que cerca de R\$ 50 milhões foram direcionados ao governo e para municípios do estado –um dos menores do país. Auxiliares de Lula afirmam que Alagoas tem recebido elevada quantia de recursos para atender, além de Lira, ao líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões, e o senador Renan Calheiros (MDB). O MDB é da base governista. Além disso, Isnaldo foi relator da MP (medida provisória) que tratou da estruturação da Esplanada dos Ministérios. Ele é um dos líderes mais próximos da articulação política do Palácio do Planalto.

Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad acredita que a alíquota do IVA pode, com o tempo, ficar inferior a 25%

Poder Executivo | 13/07/2023 – 11h52min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quinta-feira (13) que “no tempo” a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) “pode ficar em até menos” do que 25%. A afirmação foi feita em entrevista conduzida pelo jornalista Kennedy Alencar na Rede TV!. Segundo Haddad, isso dependerá de fatores como: “excepcionalidades” à proposta original, como a quantidade de setores com alíquota menor; projeções para “a queda da evasão” tributária que deverá ocorrer depois da aprovação; corte de gastos tributários. O ministro defendeu “uma reforma um pouquinho mais enxuta” do que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, “com menos excepcionalidades, dar uma limada”. Questionado sobre o artigo 20 do texto, que permite a criação de contribuições estaduais, Haddad reforçou a importância de “limar o texto”. Ele também destacou a reunião que teve ontem com os relatores da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), “uma pessoa muito experimentada”, e na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). “São pessoas excelentes e conscientes da importância da reforma tributária para o Brasil”, disse. Para o ministro, “haverá muitas boas notícias no mercado de capitais [logo] depois da reforma”. “Muita empresa vai conseguir emitir no exterior e captar com juros baixos”, disse. Ele também chamou atenção para a importância de, no âmbito tributário, “corrigir distorções” e “cobrar [imposto] de quem não paga”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Real digital terá trava para congelar valores em caso de decisão judicial

Poder Executivo | 13/07/2023 – 11h22min

O real digital, a versão tokenizada da moeda brasileira, será desenhado para reproduzir no ambiente de blockchain funcionalidades já existentes nas transferências de valores atuais que permitirão o congelamento de recursos em caso de decisões judiciais amparadas pela lei. O Banco Central (BC) já trabalha com essa prerrogativa nas transferências bancárias e de valores em conformidade com a legislação brasileira. A Justiça pode determinar o congelamento ou o arresto de valores mantidos no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Normalmente isso ocorre quando a Justiça decide pelo congelamento de recursos e notifica o Banco Central. Por sua vez, o BC notifica a instituição financeira responsável pela conta da pessoa que terá seus valores bloqueados, que efetiva o congelamento do dinheiro. As funcionalidades de congelamento de ativos e alteração de saldos em carteiras na plataforma do real digital foram anunciadas em apresentação técnica feita durante a plenária do Fórum Real Digital, no último dia 26 de junho. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo federal quer ampliar compras públicas de pequenas empresas

Poder Executivo | 13/07/2023 – 06h30min

O Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), de titularidade do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), está elaborando uma nota técnica para sugerir a ampliação do percentual de compras públicas de bens e serviços de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto na lei complementar 123/2006. A nota técnica está sendo elaborada pela Sempe (Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa). O documento deve ser enviado ainda neste mês ao Ministério da Gestão e Inovação – órgão responsável por regulamentar as compras públicas. Foi o que disse ao Poder360 Joaquim Donizeti de Almeida, diretor do Departamento de ambiente de negócios, microempresa e empresa de pequeno porte e empreendedorismo da Sempe. A lei complementar 123/2006 estabelece uma cota de até 25% para contratação de bens e serviços de microempresas e empresas de pequeno porte por parte dos entes federais, estaduais e municipais. Segundo o Sebrae, dos 452,5 mil fornecedores cadastrados no sistema Compras.gov.br, 67,7% são micro e pequenas empresas. A fatia representa 297,2 mil empreendedores. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo só cumpre meta fiscal em 2024 se arrecadar mais R\$ 162,4 bi, diz Tesouro

Poder Executivo | 12/07/2023 – 20h59min

O governo federal precisa arrecadar R\$ 162,4 bilhões adicionais no ano que vem para assegurar o cumprimento da meta de zerar o déficit em 2024, mostra um relatório divulgado na quarta-feira (12) pelo Tesouro Nacional. O valor representa um esforço extra em relação aos R\$ 104,4 bilhões esperados para 2024 a partir de iniciativas do Ministério da Fazenda que já entraram em vigor, como a incorporação de recursos parados no Fundo PIS/Pasep e a retomada da cobrança de PIS/Cofins sobre receitas financeiras de empresas. O tamanho do desafio fiscal é retratado no Relatório de Projeções Fiscais do 1º semestre de 2023. A publicação traça um amplo diagnóstico da situação das contas públicas e fornece projeções para a próxima década. Na prática, o governo depende de medidas equivalentes a 2,2% do PIB (Produto Interno Bruto), dos quais 0,9% do PIB corresponde a ações vigentes e outro 1,4% ainda precisa ser colocado em prática. As estimativas do documento já levam em consideração a aprovação do novo arcabouço fiscal, regra proposta pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) que mantém um limite de gastos, mas menos rígido do que o teto criado no governo Michel Temer (MDB). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula diz que governo facilitará crédito a Estados e municípios apesar da 'teimosia' de Campos Neto

Poder Executivo | 12/07/2023 – 19h58min

Em nova pressão sobre o Banco Central, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o governo facilitará o crédito a prefeituras e Estados, independentemente da "teimosia" do presidente da instituição financeira, Roberto Campos Neto. É a segunda vez, só nesta semana, que Lula chama o presidente da instituição de teimoso, ao manter a taxa básica de juros, a Selic, a 13,75% ao ano. A declaração ocorreu durante reunião, na quarta-feira, 12, entre Lula, a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), e a presidente da Caixa, Rita Serrano, no Palácio do Planalto, além de parlamentares do Estado. O encontro foi fechado, mas o áudio foi disponibilizado à imprensa. Na agenda, Lula repetiu o pedido para que Estados e municípios reivindiquem as necessidades das regiões ao Executivo federal, uma vez que o papel do governo federal é atender tais demandas. Segundo o presidente, neste mês, ele fará um evento em Fortaleza, no Ceará, sobre o Crediamigo, o programa de microcrédito do Banco do Nordeste. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cooperativas de crédito operam em mais da metade dos municípios

Poder Executivo | 12/07/2023 – 17h16min

As cooperativas de crédito mantiveram-se como o segmento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que mais cresce. Segundo números divulgados na quarta-feira (12) pelo Banco Central (BC), o setor encerrou 2022 com 9.122 unidades de atendimento, aumento de 1.010 unidades (12,5%) em relação ao ano anterior. O segmento opera em 55,3% dos municípios brasileiros, totalizando 3.080 localidades. Apenas no ano passado, 174 novos municípios passaram a contar com uma unidade de atendimento de cooperativa de crédito. No fim do ano passado, havia, em todo o país, 799 cooperativas singulares, 32 cooperativas centrais, quatro confederações e dois bancos cooperativos. A carteira de crédito ativa (total de empréstimos ativos) do sistema cooperativo aumentou 22,4% em 2022. Após expansão de 35,9% em 2021, reflexo da retomada econômica após o início das vacinações contra a covid-19, o estoque de empréstimos e financiamentos da cooperativa de crédito desacelerou em

2022, mas continuou a expandir-se acima da média do SFN, cuja carteira de crédito cresceu 14% no ano passado. O total de cooperados subiu 14,5%, passando de 13,6 milhões em 2021 para 15,6 milhões em 2022. Desse total, 13,2 milhões são pessoas físicas, e 2,4 milhões, pessoas jurídicas. O maior crescimento ocorreu nas pessoas jurídicas, cuja presença aumentou 17,8%. Segundo o BC, 90% dos cooperados pessoas jurídicas são micro e pequenas empresas. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado e Fazenda querem aprovar projeto do Carf em 15 dias e 'abrir caminho' para reforma tributária

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 16h05min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estabeleceram um calendário para tentar aprovar o quanto antes o projeto que prevê a retomada do voto de qualidade no Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (Carf). Na conversa entre os dois na terça-feira, ficou combinado que o Senado tentará aprovar a matéria em 15 dias, a partir do fim do recesso parlamentar (em 31 de julho), para, desta forma, "abrir caminho" para a reforma tributária. A estratégia foi elaborada como forma de fazer com que os senadores fiquem concentrados na reforma. Isso porque a matéria tributária ainda precisa passar pelo crivo Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser levada ao plenário. Já o projeto do Carf pode ter de passar pela apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas essa possibilidade ainda está em avaliação. Além disso, o Valor apurou que o senador favorito para assumir a relatoria do projeto do Carf é Otto Alencar (PSD-BA), um antigo aliado da gestão lulista. Mais cedo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que está "convicta" de que a reforma será aprovada no segundo semestre no Senado, mas admitiu que as negociações com o setor de serviços, que se diz prejudicado com as mudanças no texto, se tornaram um "pedregulho". Fonte: Valor Econômico.

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TCU avalia cenário do sistema tributário brasileiro

Poder Legislativo | 12/07/2023

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou duas grandes auditorias para avaliar a tributação do consumo no Brasil. O trabalho foi dividido em dois processos, um que analisou somente os tributos da União e o segundo, mais abrangente, que incluiu as tributações de estados e municípios. A responsabilidade pela tributação do consumo no país é dos três níveis de governo e tem impactos importantes em toda a cadeia produtiva e também na atração de investimentos. A fiscalização também teve participação de 17 tribunais de contas estaduais e da Controladoria-Geral de Mato Grosso. A conclusão da análise foi apresentada durante a sessão plenária de quarta-feira (12/7). O foco do Tribunal é contribuir com elementos técnicos para a solução da situação fiscal do país. "O Brasil precisa retomar a trilha do desenvolvimento econômico e social, em prol das atuais e futuras gerações de brasileiros, dando solução séria ao problema da elevada e complexa carga tributária que raramente é convertida em oferta de serviços públicos de qualidade, seja na educação, saúde, segurança ou mesmo a infraestrutura", afirmou o ministro Aroldo Cedraz, relatos dos processos. Fonte: ASCOM TCU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Cidadãos podem contribuir com o PPA até domingo (16/7)

Poder Executivo | 13/07/2023 – 12h12min

A plataforma digital Brasil Participativo estará aberta até às 22h, de domingo (16/7), para receber propostas e votos para o Plano Plurianual 2024-2027, o PPA Participativo. A prorrogação do prazo para o encerramento das participações foi informada pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR). A ferramenta foi desenvolvida com apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em colaboração com a SG/PR, Dataprev, comunidade Decidim-Brasil e Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, a plataforma já registra 6.923 propostas de 1.112.430 participantes, contabilizando ainda 1.226.710 votos. A iniciativa garante à população a participação digital no processo de definição dos programas prioritários do governo federal que estarão elencados no PPA. Podem participar da consulta tanto cidadãos, individualmente, quanto entidades da sociedade civil organizada, e ela está aberta a qualquer usuário que possua conta GOV.BR, em quaisquer níveis de cadastro (Bronze, Prata ou Ouro). É possível tanto elaborar propostas como votar nas que já foram apresentadas. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Aprovado crédito de R\$ 497 milhões para diversos órgãos do Executivo

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 18h01min

O Congresso Nacional aprovou na quarta-feira (12) um projeto de lei que abre crédito suplementar no Orçamento de 2023 no valor de R\$ 497 milhões, a serem destinados a diversos órgãos do Executivo. Os recursos virão de superávit financeiro apurado no balanço de 2022 e da anulação de dotações orçamentárias. A matéria será encaminhada à sanção presidencial. Um dos objetivos do PLN 10/2023 é viabilizar despesas como: adequação de programações orçamentárias da Presidência da República; manutenção e administração da Agência Espacial Brasileira do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; aumento de 20% na quantidade de servidores durante repouso remunerado no Departamento de Polícia Federal; realização de projetos de restauração e incorporação de acervos no Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ), vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus; manutenção dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, do Ministério dos Direitos Humanos. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Conselho de Desenvolvimento Industrial do Mdic inclui tecnologia para defesa nacional entre as prioridades

Poder Executivo | 13/07/2023

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que foi reativado na semana passada, e será dirigido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, (MDIC), estabeleceu no dia 13 de julho, o calendário dos grupos de trabalho que atuarão para a definição de políticas públicas do ministério. Foram criados sete grupos de trabalho para lidar com os temas prioritários escolhidos pela pasta. Tecnologias críticas para a soberania e a defesa nacionais, Transformação digital da indústria, Descarbonização da Indústria, viabilização da transição energética e bioeconomia, e Infraestrutura sustentável para a integração produtiva estão entre os temas prioritários do novo conselho. Também foram selecionados Moradia e mobilidade sustentáveis para o bem-estar nas grandes cidades, Complexo da saúde resiliente para a prevenção e o tratamento de doenças e Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para erradicar a fome nesse Conselho Industrial. Fonte: Telessintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso derruba veto e permite às distribuidoras de energia aplicar valores menores em pesquisa

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 17h16min

Em sessão conjunta na quarta-feira (12), o Congresso Nacional derrubou três itens de dois vetos a projetos de lei, mantendo outros nove itens em um total de cinco vetos votados. As partes com veto derrubado serão enviadas à promulgação. Um dos itens cujo veto foi derrubado permite às distribuidoras de energia elétrica aplicarem, no período de 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2025, valores menores em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e valores maiores em programas de eficiência energética no uso final. Assim, em vez de terem de aplicar 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor; e 0,25% da mesma receita em programas de eficiência energética, poderão aplicar 0,5% em cada uma das duas finalidades até 2025. O texto havia sido vetado no projeto de lei de conversão da Medida Provisória 1133/22, que permite a atuação da iniciativa privada na lavra de minérios nucleares. A MP foi transformada na Lei 14.514/22. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Brasil fecha contraproposta à União Europeia e aguarda aval de Lula para enviar resposta ao Mercosul

Poder Executivo | 13/07/2023 – 14h10min

O governo brasileiro concluiu os debates internos sobre a contraproposta a ser enviada à União Europeia, na negociação do acordo comercial do bloco com o Mercosul. Agora, os negociadores brasileiros aguardam apenas o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para submeter aos países sócios do Mercosul - Argentina, Paraguai e Uruguai - sua proposta de resposta aos europeus. Apesar do racha interno de visões sobre o tema, que opunha ministérios sobretudo em relação à necessidade de reabrir a discussão sobre compras governamentais, o texto base foi concluído em nível técnico, segundo o embaixador Philip Fox Gough, diretor do Departamento de Polícia Econômica, Financeira e de Serviços do Itamaraty. “Tivemos intensas negociações coordenadas pela Casa Civil nos últimos meses, com vários ministérios e órgãos do governo, sobre esse assunto. Como resultado dessas discussões elaboramos uma sugestão brasileira de resposta aos europeus. Essa sugestão de resposta está pronta tecnicamente e a intenção é enviar esse documento nos próximos dias”, disse o embaixador Fox. “Nossa resposta tem foco muito forte no conceito de desenvolvimento sustentável. Vamos fazer diversas elaborações sobre isso e passar primeiro para os sócios do Mercosul e depois para os europeus examinarem. Em Bruxelas serão feitos contatos e haverá uma discussão sobre os próximos passo desse processo. Fonte: Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ciclo do lítio deve frustrar esperanças de industrializar América do Sul

Mercado | 13/07/2023 – 05h02min

Incertezas jurídicas, distância dos grandes centros consumidores dos EUA e da Europa e gargalos de infraestrutura devem frustrar as expectativas dos países da América do Sul de aproveitar a explosão de demanda por lítio como oportunidade para se reindustrializar. A perspectiva, segundo analistas, é que a região mais uma vez se restrinja à exportação da commodity bruta ou pouco beneficiada para os países mais industrializados. Apesar de abrigar as maiores reservas do metal estratégico, a região não tem como competir com os generosos subsídios dos EUA e da Europa para atrair fábricas de baterias, veículos elétricos e outras tecnologias de transição verde. Apenas em casos pontuais - como no Brasil e no Chile - há

alguns projetos isolados para a instalação de indústrias de veículos elétricos e de baterias na região. A demanda por lítio deve se multiplicar por 40 nas próximas duas décadas, o que eleva o minério à mesma categoria do petróleo e gás como elemento de segurança energética mundial, segundo estimativa da Agência Internacional de Energia (AIE). Argentina, Bolívia e Chile, que formam o “triângulo do lítio”, têm 60% das reservas do minério do mundo. Em tese, seria uma oportunidade para esses países atraírem investimentos em grande escala da florescente indústria da economia verde. Mas esses países também sofrem com inúmeros entraves, que incluem capacidade de financiamento limitada e mercado interno restrito, entre outras. Fonte: Valor Econômico.

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br